Semear

CADERNOS DE SOBERANIA ALIMENTAR
AGROECOLOGIA E ABASTECIMENTO

JORNADA DE LUTAS SOBERANIA ALIMENTAR POR UM BRASIL LIVRE DA FOME 2021

ano 2 - nov/2021
3
número

Que o pão encontre na boca
o abraço de uma canção
construída no trabalho.
Não a fome fatigada
de um suor que corre em vão.
Que o pão do dia não chegue
sabendo a travo de luta
e a troféu de humilhação.
Que seja a bênção da flor
festivamente colhida
por quem deu ajuda ao chão.
Mais do que flor, seja fruto
que maduro se oferece,
sempre ao alcance da mão.
Da minha e da tua mão.

O Pão de Cada Dia
Thiago de Mello

Semear
CADERNOS DE SOBERANIA ALIMENTAR
AGROECOLOGIA E ABASTECIMENTO

HEINRICH
BÖLL
STIFTUNG
RIO DE
JANEIRO

ISBN: 978-65-997499-0-2
CBL
9 786599 749902

Agradecimentos

Ao conjunto das pessoas que constroem o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) que, na lida cotidiana, rompe com a tendência, sempre presente no modo de produção capitalista, à alienação e à inércia. Às mulheres e homens, a juventude do campo que constrói, bravamente, a agroecologia, o abastecimento popular, o poder popular e a soberania alimentar, especialmente, aos/as que se desafiaram a sistematizar as experiências para esse primeiro, de muitos, Caderno Semear que seguiremos construindo.

Aos/as amigos/as do MPA e a militância que gentilmente atenderam ao nosso pedido de redigir textos para esse caderno, pois uma organização popular se faz com intelectuais orgânicos e com o apoio de intelectuais que se dedicam a refletir criticamente sobre nosso tempo e a projetar os caminhos de superação de nossos problemas estruturais e conjunturais. Só a crítica social contundente é capaz de fazer avançar a história.

À Fundação Henrich Böll, nosso agradecimento pelo companheirismo, confiança política e apoio nesse projeto.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Jornada de lutas 2021 : por um Brasil livre da fome. -- Salvador, BA : Mateus Menezes Quevedo, 2022. -- (Semear : cadernos de soberania alimentar, agroecologia e abastecimento ; 3)

Vários colaboradores.
ISBN 978-65-997499-0-2

1. Abastecimento de alimentos 2. Agroecologia 3. Alimentação - Aspectos sociais 4. Fome - Aspectos sociais 5. Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) 6. Movimentos sociais - Brasil I. Série.

22-105659 CDD-630

Índices para catálogo sistemático:

1. Abastecimento de alimentos : Aspectos sociais : Agroecologia : Agricultura 630

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Esta peça faz parte da coleção Semear, organizada pelo Coletivo Nacional de Soberania Alimentar do Movimento dos Pequenos Agricultores e com apoio da Fundação Heinrich Böll.

Organização
Coletivo Nacional de Soberania Alimentar:
Leomárcio Araújo (BA)
Leile Teixeira (RJ)
Douglas Alvaristo (ES)
Flávia Bandeira (RO)
Humberto Palmeira (RJ)

Sistematização
Gabriela Amorim (BA)
Alfredo Portugal (BA)
Mateus Quevedo (RS)

Transcrição
Rúbia Steffens (RS)

Revisão de Conteúdo
Humberto Palmeira (RJ)
Leomárcio Araújo (BA)

Diagramação
Bruno Pillon (ES)

A todas as famílias de trabalhadoras e trabalhadores que ainda em 2021 sofrem o flagelo da fome, com um convite a ficarem de pé e cortarem o mal pela raiz e construindo conosco um Brasil livre de fome.

A todas as pessoas que compõem os Comitês Populares do Alimento do MPA, que a força da organização coletiva nos impulsione à conquista do poder popular.

A todas as camponesas e camponeses que diariamente cultivam o alimento que abastece as mesas brasileiras, que a soberania alimentar cresça e floresça em nossos campos.

Sumário

Jornada de Lutas Soberania Alimentar por um Brasil livre da fome

4 Apresentação

6 Fome no Brasil
Renato Maluff

11 As Fronteiras do Agronegócio
Larissa Packer

13 Declaração dos Direitos dos Camponeses e Camponesas
Anderson Amaro

16 Saúde e Alimentação
Fernanda Savicki

21 Desmonte nas Políticas Públicas de Alimentação
Silvio Porto

26 Conclusão

Apresentação

Essa edição dos cadernos Semear: Soberania Alimentar, Agroecologia e Abastecimento, tem como objetivo principal apresentar, sistematizar e registrar as experiências que o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) vem construindo ao longo dos anos de sua história e que, especialmente, nesse momento tão agudo dos problemas nacionais, mostrou seu vigor e sua força.

Iniciamos o ano de 2020 solapados por uma pandemia mundial de Covid-19. Pandemia esta que tem raízes na lógica de produção de comodities alimentares levada a cabo pelo Sistema Agroalimentar. Esta crise sanitária intensificou outras crises em curso em nosso país: a crise do capital (desde 2008), a crise ambiental e a crise humanitária. Nesse contexto, o governo federal segue sendo incapaz de responder dignamente aos dilemas do povo brasileiro, seja do ponto de vista da saúde, seja do ponto de vista econômico.

Esse quadro que vem se intensificando, desde 2016, aumenta significativamente o índice de famílias em situação de fome. Esse flagelo social, político e econômico que havia se reduzido muito entre 2004 e 2014, volta a crescer, agora, somado aos problemas oriundos de uma pandemia e pela deliberação política do atual governo cerca de 20 milhões de brasileiros e brasileiras já passam fome. A capacidade de reação do governo quanto à produção de alimentos foi inexistente, impermeável à movimentação feita pelo MPA e outros movimentos sociais do campo. Na solicitação de crédito emergencial para o plantio de alimentos, o governo não só barrou a legislação apresentada para esse fim pela segunda vez, como não se preocupou, de forma alguma, com a exportação de gêneros alimentícios. Em um momento em que países como China e Vietnã retiveram seus estoques de arroz para garantir a alimentação de sua população, o Brasil intensificou as exportações provando uma alta significativa no preço dos gêneros alimentícios. Em outras palavras, uma vez mais, o governo brasileiro demostrou sua incapacidade de pensar na política de abastecimento alimentar.

Ainda assim, diante desse contexto desolador, o MPA, responde bravamente às necessidades tanto de camponeses e camponesas quanto de trabalhadores e trabalhadoras urbanas. Intensificou a circulação de alimentos, organizou uma campanha permanente, o Mutirão Contra a Fome doando em pouco mais de um ano cerca de 5 milhões de quilos de alimento para mais de 70 mil famílias dos bairros populares, e constatou como a direção do plano camponês para o Brasil, na perspectiva de construir Soberania e Poder Popular, é uma direção acertada para solucionar os problemas alimentares do povo brasileiro.

Semear, título dessa coleção, é um verbo muito simbólico para os/as camponeses/as; semear convoca à ação, à atitude. Remete ao renascimento, à busca do novo, é um convite à construção de um novo mundo, de uma nova forma de viver. É uma alusão direta às sementes crioulas e sua importância para a humanidade, mas também à projeção do MPA e das famílias camponesas como

guardiãs das sementes, da história e da cultura alimentar de seus povos.

O horizonte da soberania alimentar é o que articula campo e cidade, seja constituída pelo Poder Popular em um processo permanente de auto-organização, experimentação e consolidação, seja por intermédio das políticas de governo e de Estado, ressalvadas suas contradições. Soberania entendida como a capacidade de autodeterminação dos povos. A capacidade, em sua plenitude, de escolher o que comer, quando comer, quanto comer e como organizar o abastecimento. Para o MPA, a Soberania Alimentar só pode materializar-se combinada com lutas por Soberanias Hídrica, Energética, Genética e Territorial.

A agroecologia é o nosso instrumento e nossa resposta política e tecnológica para superar o projeto esgotado, falido, do ponto de vista da natureza, que foi a revolução verde. A agroecologia é metodologia, técnica, categoria e movimento que está articulada com o abastecimento popular em seu processo de materialização, sobretudo, no aspecto da produção de alimentos com preservação da natureza, e sem exploração de classe. É feita com toda a herança do conhecimento camponês que, somada ao conhecimento da ciência moderna, formam as bases do BioPoder Camponês.

O Abastecimento Alimentar é a forma de garantir que o alimento produzido de forma agroecológica chegue realmente à mesa dos trabalhadores e trabalhadoras urbanos/as. Em condições sanitárias e com valores que permitam a manutenção da vida no campo. Aqui há que se fazer muitos ajustes para que esse alimento seja de fato acessível a toda a classe trabalhadora, mas também que permita que a vida no campo seja uma vida boa de se viver.

De fato, o tema do abastecimento sempre esteve presente na história do MPA. Seja nas primeiras pautas por renegociação das dívidas, seja com construção e reconstrução das moradias rurais, seja com a organização da produção e de sua comercialização, foram estandartes à frente da luta social do MPA até se chegar ao Plano Camponês para o Brasil.

Neste caderno será encontrado uma breve sistematização da Jornada de Lutas de Outubro de 2021 com o Lema Soberania Alimentar: por um Brasil Livre da Fome, quais foram os passos dados pelo campesinato brasileiro na semana do 16 de outubro, onde o mundo celebra o dia mundial do alimento, o MPA e a Via Campesina demarca o dia de lutas por Soberania Alimentar.

Coordenação do Coletivo Nacional de Soberania Alimentar do MPA
Novembro de 2021.

A FOME NO BRASIL

RENATO MALUF

Nós temos uma construção brasileira de uma concepção de segurança alimentar e nutricional bastante diferenciada em relação, por exemplo, ao uso que fazem corporações, empresas, governos, o próprio agronegócio brasileiro, que tem os seus usos da noção de segurança alimentar, que não tem nada a ver com a maneira que a gente trabalha com ela. Fez parte da nossa construção a incorporação, já nos anos 90, da referência à soberania alimentar, que então começava a emergir no mundo. E ao mesmo tempo, incorporamos também a referência ao direito humano à alimentação. Nós temos trabalhado desde o início dos anos 2000, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) fez isso. O Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar (FBSSAN) foi também promotor à junção dessas duas referências, então nós falamos com muita frequência de soberania e segurança alimentar e nutricional. Essa junção acabou se revelando muito sábia, porque a gente tem que permanentemente buscar a implementação de uma perspectiva de soberania no trato dos alimentos e da alimentação, ao lado e simultaneamente, com as preocupações com segurança alimentar e nutricional, na medida em que a possibilidade dos indivíduos e das famílias caírem numa condição de insegurança alimentar e, principalmente, de uma forma mais grave que é a fome, ela sempre está presente, e é isso que a realidade está mostrando.

A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) realizou no ano passado uma aplicação da escala brasileira de insegurança alimentar. Coletou os dados em dezembro de 2020, uma coleta feita pelo Instituto Vox Populi, com apoio de algumas entidades que nos deram recurso financeiro pra poder fazer a pesquisa. O método desta escala foi validado no Brasil em 2003, tem origem na formulação usada pelo departamento de agricultura americano que faz uma aferição anual usando essa escala, que por sua vez é conhecida como método de Cornell, ela tem origem na Universidade Cornell. A escala brasileira de insegurança alimentar afere que condição? Ela lhe diz se as famílias, os domicílios se encontram em segurança alimentar, que significa que o seu padrão alimentar está preservado, assegurado, inclusive na perspectiva do futuro imediato, e ela mede a insegurança alimentar em 3 graus:

1) A insegurança alimentar leve, que é quando o padrão alimentar da família é comprometido, é rompido, sobretudo no aspecto da qualidade da alimentação, significa que a família está tendo que adotar uma estratégia que compromete a qualidade da sua alimentação habitual, não passa fome, mas come pior.

2) A insegurança alimentar moderada, já é quando o padrão alimentar é rompido também no aspecto da quantidade, então na estratégia das famílias, em

insegurança alimentar moderada, o padrão alimentar já está implicando reduzir quantidades, de novo, não tem fome propriamente, mas come menos, come pior e menos.

3) E por fim a condição pior que é a insegurança alimentar grave; a insegurança alimentar grave é quando nos últimos 3 meses em relação a data em que a entrevista é feita, pelo menos um membro da família passou fome, isso quer dizer, teve fome e não comeu, porque não tinha comida, ou passou um dia todo sem comer, essa é a situação mais grave.

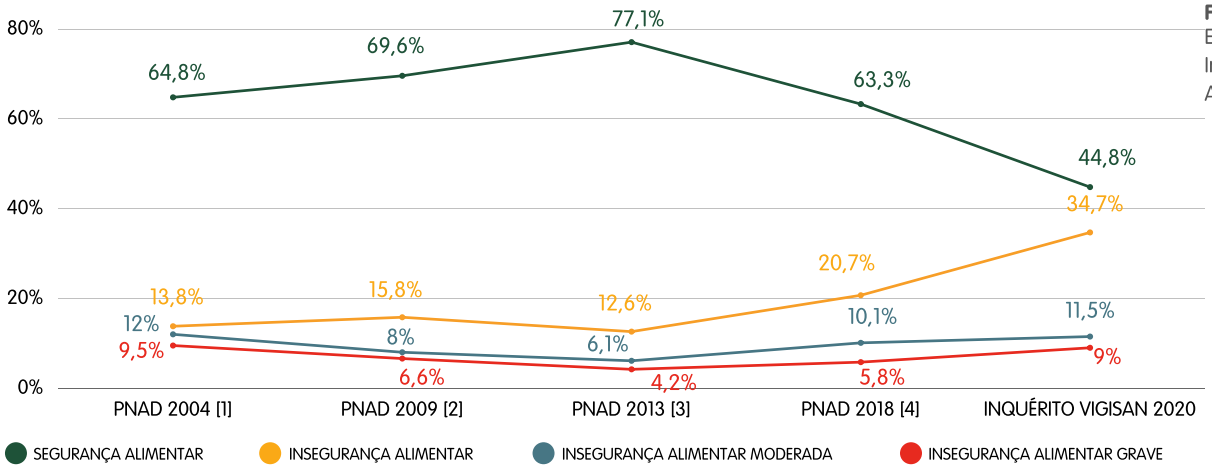


Figura 1
Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

Fonte: Dados reanalisados para a escala de oito itens, a partir das pesquisas: [1] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003-2004 (IGBE); [2] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008-2009 (IBGE); [3] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014 (IBGE); [4] Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 (IBGE).

A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) começou a ser aplicada no Brasil pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) junto com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). A primeira aplicação foi em 2003/2004, depois 2008/2009, 2013/14 e 2017/18, que foi a última aplicação do IBGE, neste caso, junto com a pesquisa de orçamento familiar. A linha verde é onde está o percentual de famílias consideradas em insegurança alimentar. Até o dado de 2013/2014, os dois anos juntos, o Brasil estava numa tendência, digamos assim, uma tendência virtuosa em direção a um percentual bastante elevado de domicílios considerados em segurança alimentar, 77,1 por cento. A linha âmbar, meio amarela, ela é a insegurança alimentar leve, notem que até 2013 ela estava reduzindo, ela reduz menos porque é normal que as famílias que tem condição mais grave, elas vão melhorando gradativamente, passando de grave pra moderada, de moderada pra leve, até sair da condição de insegurança alimentar. Mas de todo modo, a insegurança alimentar leve reduziu, a insegurança alimentar moderada que é a linha azul esverdeado, cai também de 12 pra 6, e importante, a insegurança alimentar grave, em vermelho que é onde está o indicador de fome, cai pra menos de 5 por cento, 4,2 por cento. Este foi um momento em que o Brasil foi declarado como o país fora do mapa da fome da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO).

A FAO calcula o indicador anualmente, não é a EBIA que ela usava, ela usava outro indicador. De todo modo foi um momento em que todos nós celebramos uma conquista, que era uma conquista sem dúvida a ser celebrada, estar fora do mapa da fome. Mas cá entre nós, é uma vergonha que o Brasil, um país como o Brasil frequentasse o mapa da fome da FAO. Então a conquista foi celebrada, mas de fato não teríamos nem que estar celebrando esse tipo de coisa. De todo modo, foi uma conquista. Se olharmos os dados de 2017/18, a curva, a tendência sofrem uma inflexão, tem uma redução dos domicílios em segurança alimentar pra 63%, e todas as formas de insegurança alimentar começam a crescer. Isso quer dizer que anteriormente ao impacto da pandemia, nós já estávamos assistindo a uma reversão da situação anterior. Eu vou tratar em seguida quais são os determinantes a meu modo de ver.

O inquérito do projeto Vigilância da Segurança Alimentar e Nutricional (VIGISSAN) feito pela Rede Penssan com Vox Populi, aferiu em 2020, foi agravamento brutal dessa condição. Em 2020, à medida que o ano foi avançando, quase todos os dias alguma matéria de imprensa, dos meios de comunicação falavam de fome, do agravamento da condição social, etc. Nós já esperávamos que o nosso levantamento ia encontrar uma situação grave, a gente não esperava que ela era tão grave quanto está aí, nem 45% dos domicílios podiam ser considerados em segurança alimentar, quando esse percentual já havia sido 77%. E observem, é claro que o fato de 9% dos domicílios terem vivenciado a fome, é o que chama mais atenção, porque a fome é o acontecimento mais grave, emergente, fome mata. Mas notem que todas as formas de insegurança alimentar cresceram, e a leve chegou a 34%, a moderada a 11%. Transformando esses percentuais em números absolutos, o que o nosso inquérito revelou, é que em dezembro de 2020, cerca de 116 milhões de brasileiros e brasileiras padeciam de algum grau de insegurança alimentar, dos quais 19 milhões vivenciaram a fome.

O que o nosso inquérito fez, foi dar número e rosto a esse flagelo social, que rostos eram esses. Além de mostrar que foram 19 milhões, um número que causou impacto não só no Brasil como mundo a fora, teve muita repercussão esse nosso inquérito. Ele mostrou que domicílios em que o responsável é uma mulher, eram mais vulneráveis, domicílios cujo responsável é uma pessoa de cor parda ou preta, mais vulneráveis, domicílios em que o responsável é de baixa escolaridade, mais vulneráveis, e domicílios localizados no meio rural, são mais vulneráveis, o grau de vulnerabilidade é maior do que no meio urbano. Esse é um dos paradoxos brasileiros. Famílias rurais que deveriam ter ao menos a possibilidade de produzir seu próprio alimento, é o setor da sociedade onde o indicador de insegurança alimentar é mais elevado, pode não ser o setor mais numeroso, porque afinal temos uma população bastante urbanizada, mas é onde o indicador é mais elevado, o percentual.

Primeiro, está bastante evidente por esse indicador, que o golpe de 2016 e o que se sucedeu a ele, deu início a um processo de desmonte de políticas públicas. Aquela tendência virtuosa que eu mencionei, ela foi resultado de um conjunto de programas, que foram adotados pra enfrentar uma questão que é multidimensional,

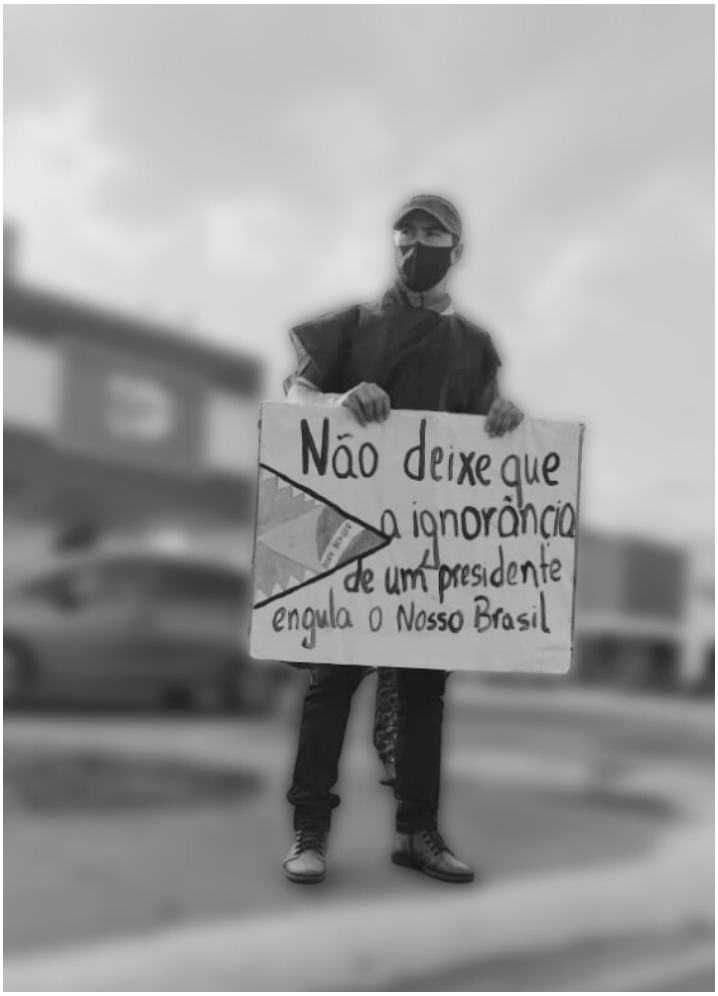
que é a questão alimentar, assim como a pobreza, tem múltiplas dimensões envolvidas, portanto se tem que ter uma atuação simultânea e integrada de um conjunto bastante amplo e diverso de programas. Isso começou a ser construído em 2003, a partir de uma concepção que se desenvolveu no Brasil e teve muito reconhecimento internacional, uma concepção e que a segurança alimentar e nutricional tem que ser promovida com ações intersetoriais, e muita participação social. Foi muito importante a decisão do presidente Lula, na época, de colocar este tema na prioridade da sua agenda, e a competência com a qual a sociedade civil ocupou os espaços que apareceram, sobretudo, o exemplo principal foi o CONSEA, e isso deu, portanto, base pra essa implementação gradativa de um conjunto de ações. Cobram um amplo espectro, como a transferência de renda no bolsa família, surgimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que surgiu no CONSEA. Um notável exemplo de intersetorialidade, cria-se mercado pra agricultores em dificuldade e oferece alimentos pra população carente, esse era o espírito do PAA no seu início. O programa 1 Milhão de Cisternas, teve o papel fundamental no semiárido, alguma reorientação no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o que veio depois com o acréscimo do Pronaf Agroecologia, e a transformação do maior programa de alimentação escolar gratuito do mundo, que é o nosso Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), oferece cerca de 46 milhões de refeições gratuitas diariamente, é a principal refeição, quando não a única diária de um número enorme de crianças de famílias pobres, reformulamos a lei do PNAE e tornando obrigatório a compra de ao menos 30% dos alimentos da agricultura local ou regional. Outro exemplo, a construção de um conceito de alimentação adequada e saudável, a elaboração de um guia alimentar coordenando a alimentação com base em ultraprocessados. Esse conjunto passa a ser gradativamente atacado.

Primeiro temos uma crise econômica, começa a se desenhar em 2015/2016 e vai se agravando. Segundo temos o as sucessivas iniciativas de agressão a direitos sociais, principalmente no mundo do trabalho, o resultado disso qual é? Crise econômica, uma crise política e essas agressões, é desemprego crescente, precarização do trabalho e baixa remuneração. Só esse pacotinho já é suficiente pra explicar a crescente dificuldade de acesso aos alimentos por uma população, uma parcela ampla. Quando se diz que a insegurança alimentar leve aumentou, e a moderada, é pra dizer o seguinte, não estamos falando apenas daqueles segmentos mais vulneráveis, nós estamos falando também daquele trabalhador, da trabalhadora que tem emprego precário, temporário, mal-remunerado, e tem dificuldade de acessar alimentos.

O progressivo desmonte de políticas públicas tem várias facetas. Programas que foram esvaziados quase até a sua extinção, que foi o caso do PAA, programas que tem a sua implementação afetada, que foi o caso do PNAE, que tem tido até hoje, muita pressão social pra que ele seja mantido. A agricultura ecológica sofre, (o programa) 1 Milhão de Cisternas quase que inteiramente foi extinto recentemente. Esse processo que vem desde o início do governo Temer, pós-golpe, ele é radicalizado no governo Bolsonaro, em seu primeiro ato ele estingue o

Consea, desmonta a estrutura do que organizava o sistema nacional de segurança alimentar, e a partir daí, então, o tema sai da agenda, com a nossa percepção. Vai passar a vigorar uma outra percepção que é a do agronegócio.

Figura 2 Ação de solidariedade no dia 14 de outubro na Grande Vitória, no Espírito Santo. Foram entregues 4,5 toneladas de alimentos agroecológicos para a Paróquia Santa Teresa de Calcutá, no Território do Bem.



Figu0ra 3 Ação de Agitação e Propaganda no dia 14 de outubro, em Ariquemes, Rondônia, denunciando a fome e destruição de políticas públicas do governo Bolsonaro.

AS FRONTEIRAS DO AGRONEGÓCIO

LARISSA PACKER

Todos os dias a gente vê na televisão que o agronegócio é pop, é tudo, e é ele que fornece alimentos pra população brasileira. Quando na realidade a gente sabe que os médios e grandes produtores no Brasil, que ocupam maior parte da área agriculturável, destinam milhões de hectares e de solo fértil, água, com a irrigação, para a produção de commodities agrícolas, em especial, no caso do Brasil, soja associado com milho e carne, para exportação. Não é à toa que no país da supersafra, quando nós exportamos mais de 100 milhões de dólares no ano passado, durante a pandemia, batendo todos os recordes do agronegócio, enfrentamos a volta ao mapa da fome. É o maior exportador de soja do mundo, e nós tivemos um aumento de 30%, em média, do óleo de soja nas várias capitais, pelo simples fato de exportamos a soja e ter que importar o óleo de soja. Por conta do câmbio, exportou arroz, que chegou a um aumento de 40% ano passado, mesma coisa com o feijão. Então, no país da supersafra, a população enfrenta um deserto alimentar, exatamente por conta da balança comercial, 6 pra 1, favorece exportação, e o Brasil dentro da divisão internacional do trabalho, se coloca como celeiro do mundo ainda, uma arquitetura econômica muito colonial, neocolonial, distração de recursos e riquezas, pra exportação de alimento.

Agora, isso não é uma questão apenas de um pacto econômico interno das elites nacionais com o estado brasileiro, é um desenho, uma arquitetura de divisão internacional do trabalho, que foi sendo construída aos poucos desde a época de 50, em que a produção de alimentos foi se tornando um agronegócio. Um negócio para produzir alimentos, e um negócio com a fome. Como se fazer isso? Integrando as diversas etapas da cadeia de produção dos alimentos, desde as sementes, todos os imputes pra se produzir na fazenda, sementes casadas com o pacote do agronegócio, a semente passa a ser selecionada muito mais de acordo pra adaptação com a indústria, com o maquinário, o tamanho do pé do milho, o tamanho da semente, tem que se adaptar para a plantadeira, o tamanho do pé de acordo com a colheitadeira. Então as sementes vão sendo selecionadas cada vez mais de acordo com as demandas da indústria, do que com os gostos e a capacidade nutricional dos alimentos para a população. Ao mesmo tempo essas sementes começam a dar um boom de produtividade, apenas se associadas com um pacote tecnológico dos agrotóxicos. Então modificações genéticas são feitas, principalmente, a partir dos anos 70, transformando se nos transgênicos, com direitos de propriedade intelectual, com patente. Então, pra se plantar essas sementes melhoradas em laboratório precisa-se pagar a patente, isso vai colocando o país dentro de uma cadeia colonial mesmo, precisa-se comprar os imputes, importar esses imputes das empresas de biotecnologia, e exporta-se

com um valor agregado muito menor, pra abastecer de alimentos populações fora do Brasil, colocando a população nessa situação de preço dos alimentos lá em cima, uma situação de subnutrição, fazendo com que a população brasileira consuma alimentos processados, ultraprocessados, muito baratos, que na realidade eles são mais uma fórmula alimentar, do que na realidade alimentos.

Então você integra a compra dos imputes, a compra maquinário agrícola, o maquinário é todo importado de fora, CNH, Case, John Deere. Para se ter uma ideia, três corporações detêm 50% das sementes industriais no mundo hoje, destaque pra Syngenta ChemChina, a Monsanto Bayer, agora a Corteva que é a fusão da DuPont com a Dow Chemical. São os pouquíssimos atores que se concentra os meios de produção de alimentos nas várias etapas da cadeia, que se integram verticalmente, as empresas de agrotóxicos compraram as empresas de sementes, as empresas de maquinário têm as suas associações ali também. as tradings, que vão pegar essas commodities produzidas na fazenda, estocar em grandes silos e transportar isso pelo mundo, pra exportar pros países importadores, e aí a gente tem Casio, Louis Dreyfus, ADM, a Cofco chinesa. Também são poucas empresas que monopolizam essa logística de exportação. Depois, você tem as processadoras e distribuidoras de alimento, aí temos a Nestlé, Unilever, que também, em sua maioria são europeias e norte-americanas, também um mercado super hegemonizado. Lá na ponta vêm os grandes supermercados, quanto mais esses supermercados sabem da produção de alimentos, da demanda de alimentos, eles também conseguem impor preço direto pro produtor rural. O Walmart faz isso, o Alibaba na China faz isso. Esses grandes supermercados também estão se posicionando muito bem, ainda mais quando eles têm plataforma de dados, com essa digitalização da agricultura, informações do consumidor, informações do produtor, elas conseguem ir impondo preços globais de alimentos lá da ponta pra baixo, direto pro agricultor concentrando a cadeia.

Na realidade, em todas as etapas há negócios para a produção dos alimentos, e o negócio da fome. Nos anos 50 isso foi gestado na escola de negócios de Harvard, que é uma escola privada, neste início já estavam Monsanto, ADM nos Estados Unidos, isso durante a Guerra Fria. Ali é que o alimento começa a ser visto dentro dessa política de segurança hemisférica, a comida como política de segurança durante a Guerra Fria, inclusive pra conter o avanço socialista na América Latina. Os Estados Unidos terminam com os subsídios de preços mínimos nacionais que eles tinham e passam a destinar esse orçamento público para injetar em suas corporações, tanto pra exportar alimentos para a América Latina, quanto pra instalar suas corporações nos países da América Latina, pra aí então ir organizando a cadeia, vendendo sementes, vendendo agrotóxicos, fazendo processamento, maquinários. Dá-se, então, o grande negócio da produção de alimentos, enchemos de dinheiro algumas poucas corporações em detrimento do acesso a alimentação nutricionalmente adequado. Como resultado temos o país da supersafra e um deserto alimentar pra nossa própria população em um ajuste neocolonial da nossa economia. Então o agronegócio, realmente, se estrutura como um negócio da fome.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DOS CAMPONESES E CAMPONESAS

ANDERSON AMARO

Com a consequente violação de direitos humanos, principalmente com os camponeses e as camponesas do mundo, em 2003 a Via Campesina Internacional inicia-se o processo de discussão sobre quais elementos deveriam constar em uma Declaração de Diretos Camponeses. Em 2008, a Via Campesina em sua V Conferência Internacional em Maputo consolida-se a primeira proposta da Declaração. Porém, só em 2012, conseguimos o apoio do Governo da Bolívia para ser o responsável em apresentar a proposta no Conselho de Direitos Humanos da ONU, criou um grupo de trabalho intergovernamental para redigir e pôr em uma linguagem mais formal a declaração. Esse grupo de trabalho foi composto pelos países: Bolívia, África do Sul e Filipinas, o qual deu condição para que a Via Campesina fosse ouvida e assim avançar nessa importante construção.

Decorridos mais seis anos, foram realizadas múltiplas consultas em instâncias participativas para que a sociedade civil e os Estados (Países) pudessem contribuir com o processo. Houve muitos debates e o texto original foi adaptado a cada ano, incorporando as sugestões dos Estados e de organizações da sociedade civil.

Embora em outros países do Norte como os Estados Unidos e a União Europeia – houve um processo de resistência com a negação da identidade camponesa. Já no Brasil diferente desses países foi um protagonista comprometido, com muita participação e apoio, reunindo sugestões, as quais foram incorporadas. O Brasil adotou o Processo da Declaração, por considerar como ferramenta fundamental para mais de 20 milhões de camponeses e camponeses do país. Inclusive propôs políticas do governo Lula como exemplos a serem considerados na declaração, haja vista que as políticas públicas para a agricultura familiar e camponesa foram tidas como exemplo de combate à fome. Infelizmente na etapa final, nosso País vinha aspirando ares golpistas. Quando em 2018 tentou dar uma manobra para protelar a aprovação da Declaração pelo colegiado das Nações Unidas, felizmente foi frustrada, sendo a declaração aprovada final daquele ano.

Em fevereiro desse ano, a Via Campesina Brasil lançou a versão em português da DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DOS CAMPONESES E DAS CAMPONESAS, no momento atual em que estamos vivendo no Brasil e no mundo com crescente violações de diretos, o aumento da violência e ataques a soberania dos povos, é necessário comemorar essa importante conquista para todos os camponeses e camponesas, e consequentemente para toda humanidade, pois essa declaração significa a garantia e efetivação dos direitos essenciais a vida, como a soberania alimentar, igualdade de gênero, o acesso a água, a terra, as

sementes, a biodiversidade, a moradia, etc. Direitos esses que por muito tempo foram ignorados.

Portanto, é fundamental reafirmar que todos os direitos humanos são universais e indivisíveis, inter-relacionados, interdependentes e se reforçam mutuamente, e que todos eles devem ser tratados de forma justa e equitativa, em condições de igualdade e assinalando a mesma importância, e recordando que a promoção e proteção de uma categoria de direitos nunca deve eximir os Estados da promoção e proteção dos demais direitos.

Fruto de inquietações, debates e estudos, essa declaração histórica, aprovada pelas Nações Unidas estabelecerá um padrão de direitos para os camponeses e camponeses e servirá de guia para a discussão de políticas públicas em todos os países do mundo e ferramenta para garantir a proteção dos direitos das famílias camponesas ao seu modo de vida e trabalho.

Figura 4
Ação de Solidariedade no Comitê Popular do Alimento na comunidade da Mangueira, no Rio de Janeiro.

Figura 5 Ação Cultural em alusão ao dia Internacional de Ação Mundial pela Soberania Alimentar contra as Empresas Transnacionais no dia 17 de Outubro na comunidade da Rocinha, no Rio de Janeiro.

Figura 6 Ação de Agitação e Propaganda em Nova União, Rondônia, no dia 14 de Outubro.

SAÚDE E ALIMENTAÇÃO

FERNANDA SAVICKI

O que culminou nesta crise sanitária atual e na crise econômica vem de um processo que está vinculado ao capitalismo, aos processos resultantes do capitalismo, da crise dos sistemas hegemônicos e de como os sistemas alimentares são entendidos dentro deste sistema. O que acontece é que nos últimos anos, especialmente aqui no Brasil, mais precisamente nos últimos 4 anos, houve um acirramento, um fortalecimento dos processos que estão vinculados ao agronegócio. Podemos perceber uma flexibilização das leis, segundo os interesses do agronegócio, uma absoluta falta de compromisso com as leis brasileiras, com nossa Constituição e os derivados dela. Principalmente, no que diz respeito a relação entre saúde e alimentação. O atual governo não leva em conta nenhum tipo de acordo mundial feito, não leva em conta, se quer, os direitos humanos básicos, que incluem o acesso à alimentação adequada. Obviamente, temos que considerar que retrocessos sempre houveram, principalmente, no sentido do debate ambiental e do enfrentamento ao agronegócio. Mas, ultimamente, isto foi muito, muito marcado, não é à toa, a gente tem aí 1458 novos produtos agrotóxicos liberados no governo Bolsonaro.

Por exemplo, o decreto 10.833 de 07 de outubro de 2021, publicado no final de uma sexta-feira, que desregulamenta em absoluto as leis de registros de agrotóxicos e dá facilitação do uso no Brasil. Com este decreto, está em risco as condições de soberania alimentar, porque isso fala diretamente da soberania alimentar, o que comemos, por que comemos, o que que contém na comida que a gente come. Levando em consideração que essa comida (cheia de agrotóxicos, com sementes transgênicas, ultra processados) não é comida, são produtos alimentares, e, estamos lutando, justamente, pelo direito e acesso à comida de verdade. Quando a gente vê um discurso do nosso presidente falando que não existe fome no Brasil, que não existem pessoas morando nas ruas, que não existe isso, é uma negação absoluta, é no mínimo um desrespeito com a população brasileira e com as condições dos cidadãos e cidadãs brasileiros que estão passando por essas condições.

A verdade é que se a gente pegar, dentro nos últimos 100 anos, todas as pandemias desde a gripe espanhola até agora, vamos perceber que elas têm relação direta com zoonoses, e mais do que isso, tem relação direta com a questão do impacto humano na natureza. É impossível, então, desagregar essa relação pandemia/sistemas hegemônicos, e principalmente, e se falarmos especificamente dessa pandemia, falamos também dos sistemas hegemônicos agroalimentares vigentes. Ah, mas tem esta história toda de que os chineses comem morcego e não sei o que, isso é estratégia pra obscurecer o verdadeiro

debate, que deve ser: como produzimos alimentos no mundo hoje em dia, “alimentos” entre aspas, como produzimos commodities no mundo hoje, com objetivo de lucro, mas mascarado de intenção de alimentar o mundo.

Precisamos nos perguntar: como é que nós estamos produzindo alimentos e por que estamos produzindo alimentos nessas proporções? Uma vez que a gente tem essa absoluta devastação da biodiversidade mundial, em detrimento de commodities, de monoculturas, precisamos discutir isto agora, se não, novas pandemias vão surgir. Não sabemos se nós teremos resiliência suficiente pra superar uma pandemia e entrar em outra. Estamos passando por uma crise civilizatória e ela nunca foi tão severa como agora. E parece que não queremos enxergar as lições que essa pandemia tem nos trazido. É impossível acreditar que produzir suínos em prédios de 13 andares, onde se tem um milhão de suínos num mesmo espaço, não trará consequências. Isso é uma bomba-relógio de zoonoses, qualquer mudança mínima das condições ambientais nesse espaço, obviamente, está propícia para a proliferação duma doença. O mesmo se dá para a produção agrícola, é impossível acreditar que a perda de biodiversidade, como acontece no cerrado brasileiro, onde há devastação de milhares e milhares de hectares para plantio de uma espécie só, uma monocultura que chega em nível genético, porque estamos falando de clones, não trará consequências graves para a saúde humana e a saúde ambiental de modo geral. Não podemos naturalizar este modo de produção.

Neste momento também precisamos nos perguntar como essas pandemias surgem, em que frequência essas pandemias surgem, e, especialmente, qual é a responsabilidade que temos no surgimento de novas zoonoses nessa frequência que elas têm surgido. Além das zoonoses diretamente ligadas à produção animal, como gripe aviária, gripe suína, agora temos a covis. Será que precisamos acelerar esses processos em nome do que se diz, do combate à fome, é um falso discurso. O agronegócio, aqui no Brasil, há mais de 70 anos vem com esse mesmo discurso, quando aconteceu a modernização conservadora, ali período dos anos 50, 60, 70, o discurso era “ah, precisamos mudar, trazer o progresso pra agricultura em nome do combate à fome”, quer dizer, 70 anos que o discurso é o mesmo, e a fome não acabou, pelo contrário, se agravou. Então, está claro, o problema não é a produção, o problema da fome é outro, o problema da fome é ter acesso, dinheiro pra comer, essa é a grande questão.

Ao mesmo tempo que se incentiva a destruição dos biomas a consequência direta é que o conhecimento sobre esses biomas, inclusive, potenciais de usos medicinais dessa biodiversidade. Porque a base de toda a indústria farmacêutica, mesmo os medicamentos sintetizados, alopáticos e tudo mais, vem da biodiversidade, das moléculas, dos complexos e das substâncias da natureza. Na verdade, os princípios terapêuticos, os princípios medicinais que encontramos vêm da natureza, não só das plantas, a maioria delas de plantas, mas vem dos recursos naturais. Então, a partir do momento que devastamos a nossa biodiversidade, estamos devastando também a possibilidade de encontrar curas para problemas de impactos sanitários mundiais, com várias doenças, seja zoonoses ou não. E é

contraditório isto porque, ao mesmo tempo que deveríamos conservar pra ter acesso a esses recursos, não só medicinais, mas de outros potenciais alimentares, funcionais, que a biodiversidade nos possibilita, a gente devasta a natureza, nos tornando cada vez mais dependentes de produtos sintetizados. E é provável que daqui a um tempo estes medicamentos sintéticos não tenham mais a mesma função, a mesma eficácia que têm agora.

Precisamos superar o pensamento do senso comum que acredita na ideia de que saúde é só a partir do remédio que se adquire na farmácia, que isso é tecnologia, que isso é acesso à saúde da maneira mais importante, porque isto não condiz com a realidade. Na verdade, o SUS também preconiza isso. O que temos que fazer é promoção de saúde e saúde não vem da doença, saúde é uma dimensão muito maior do que isso e que está completamente fora da ausência de doença. Falamos de determinantes sociais da saúde, de determinação social da saúde, que é essa ideia de que não havia uma construção antes, baseada nessa causa e efeito. "Tenho sintomas estou doente, não tenho sintomas não estou doente" e sabemos que isso não é uma verdade. Uma família, uma mãe por exemplo, que está ausente de doença, mas que está desempregada, que não sabe o que vai dar de comer pros seus filhos no dia de hoje, que não sabe como vai pagar as contas até o final do mês, impossível que essa mulher possa dizer que ela está completamente saudável. Não tem condições, a saúde perpassa dessas ideias de ausência de sintomas de doenças. Esta é uma questão fundamental, e esse é um olhar que a humanidade tem, tem a ver com as nossas relações ambientais. A saúde está muito mais conectada com a relação humano/ambiente, do que com a relação humano/indivíduo.

Se nós vivemos em um ambiente que não nos dá as condições de vida, um ambiente insalubre, não tem conforto, não é ouvido, não tem voz, não tem controle nem poder de ação neste ambiente, certamente não teremos saúde. Essa perspectiva de saúde está muito mais atrelada aos conhecimentos que chamamos de práticas populares em saúde, das práticas tradicionais de saúde. Elas têm a ver com a fitoterapia, com a homeopatia, tem a ver com esses processos que são ditos complementares. E essa ideia de complementar não é a definição oficial de complementar, numa ideia que o complementar é algo supérfluo, secundário, e não é. Na verdade é fundamental. Ela se complementa com outros conhecimentos, como na medicina alopática, elas são complementares, uma depende da outra, são interdependentes. Deixamos de considerar uma parte fundamental da nossa saúde, que é justamente esse olhar integral da vida humana, da vida na verdade, porque a nossa vida é interdependente com os processos naturais. Aos poucos o SUS tem resgatado isso, porque entendeu que, por exemplo, podemos falar de medicina, podemos falar de remédios, podemos falar de acesso a medicamentos da farmácia, mas que, ainda, boa parte da população tem na fitoterapia, no uso de chás a primeira ferramenta terapêutica. Os dados, que não estão atualizados versam em aproximadamente 80% da população que recorre primeiro a esta forma terapêutica. Ou seja, "tô com febre, vou lá e tomo um chazinho", "meu filho tá com verme, vai lá e toma um chá de hortelã", "tô cansado, vou lá e tomo um chá de

camomila". A homeopatia popular está se expandindo e as pessoas tem utilizado mais os florais homeopáticos.

Esses processos nunca sumiram, pelo contrário, foram marginalizados e as pessoas não falam sobre isso. Porque isso é muito coisa da vó, os jovens não se apropriaram dessa ideia, e isso é soberania, autonomia dos seus processos de saúde, mas ela desvinculada da realidade dos jovens, os jovens não entendem isso como processo. Isto tem a ver com essa dimensão do capitalismo, e da perspectiva imediatista dos processos. "Ai tô com dor aqui eu tenho que tomar agora", não se tem o entendimento de que é preciso uma promoção, de que são questões anteriores a isso, das nossas relações, do sedentarismo, da ativação, de estarmos sempre se movimentando, sempre tendo opções, e mais do que opções, e principalmente, das condições de optar por uma vida, por processos mais saudáveis. Tudo isto tem a ver com a ideia de saúde e de promoção de saúde, que tem muito a ver com as práticas tradicionais de saúde. Mas, na maioria das vezes preferimos, por exemplo, "estou com colesterol alto, vou tomar um medicamento pro colesterol e pegar na farmácia" ao invés de procurar entender que o colesterol pode ser tratado de outras formas, que tem a ver com sair do sedentarismo, fazer caminhadas, de ter uma vida mais saudável, de ter acesso a alimentos mais saudáveis, diminuir, inclusive, os ultra-processados. Temos um desafio e uma possibilidade grande de transformar essa realidade.

Figura 7
Ação de Doação de Sangue no Centro de Hemoterapia de Sergipe (HEMOSE), em Aracaju, no dia 15 de outubro.

Figura 8 Ação de Solidariedade em Recife, Pernambuco

Figura 9 Ação de Solidariedade em Seberi, Rio Grande do Sul

DESMONTE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALIMENTAÇÃO

SILVIO PORTO

Nós estamos aqui tendo que aprofundar e debater esse complexo panorama que o Brasil vem vivendo em relação a magnitude da fome e da insegurança alimentar que o país assumiu e que é fruto, como já dizia Josué de Castro, de uma opção política, fruto de um processo político que permitiu e possibilitou que nós cheguemos a essa situação. A pandemia agrava, mas ela não é a causa principal. É fundamental que nós tenhamos isso muito claro. Nós temos um problema estrutural em relação a questão alimentar no Brasil, que ela não nasce no momento atual, ela vem dos últimos 10, 15 anos, mas ela se agrava profundamente a partir da inação do estado, ou seja, a partir da falta de ação do governo federal, sobretudo, em relação a medidas que efetivamente pudessem enfrentar o tamanho do problema, da dificuldade e da situação social que o país vive.

Como apresentou a pesquisa que a rede PenSSAN publicou início desse ano, a partir de uma coleta de dados em dezembro do ano passado, ficou muito evidente que a situação se agravou ainda mais. Por que 2021 é um ano muito pior do que 2020, em especial porque nós tivemos uma redução significativa da transferência de recursos do auxílio emergencial, tanto em valores, como também no público, no número de famílias atendidas. Junto com isso, teve um aumento do preço da energia elétrica e do gás e o aumento do desemprego, e o aumento da economia informal, é um contexto de agravamento drástico da situação brasileira. Então eu diria que aquele dado de 19 milhões, publicado em março desse ano, certamente é maior, e será bem superior até o final deste ano. E isso fica muito evidente pelas inúmeras matérias, divulgações, notícias, enfim, que temos acompanhado, principalmente pela degradação, pela dificuldade que um conjunto significativo da população brasileira em relação ao consumo de acesso a alimentos.

E por isso mesmo temos visto o aumento de consumo de pés de galinha, aumento do consumo de ossos, ossos virando, inclusive, mercado, comércio. O que antes era doação, agora é notícia de que tem açougue comercializando osso a R$4,00 o quilo, a R$11,00 o quilo. Sem falar que há um aumento significativo da população de baixa renda consumindo alimentação de péssima qualidade, principalmente produtos industrializados, produtos ultraprocessados, que comprometem ainda mais a qualidade alimentar dessas famílias, gerando doenças que são decorrentes dessa alimentação de má qualidade. E, também, problemas de natureza relativo a questão da desnutrição infantil, algo que isso também tinha deixado, de certa forma, de ser notícia no país, e que volta a se agravar como mostra uma pesquisa que foi lançada pela Universidade Federal de São Carlos, um apanhado feito entre estudos relativos ao Brasil em contexto amplo, pegando

desde 2007 até início de 2020, mostrando que um terço das crianças brasileiras, sobretudo aquelas de baixa renda, tem sérios problemas em relação a deficiência de ferro. Deficiência de ferro é um fator fundamental, que compromete o aprendizado dessas crianças, e desdobramentos que podem ser inclusive irreversíveis do ponto de vista de saúde pública, e compromete essas gerações no seu desenvolvimento futuro.

O consumo de carnes, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em 2020, foi o mais baixo nos últimos 25 anos. Esse é um outro dado, não que não se deva rever o consumo de carnes, mas a questão fundamental é que temos, em função da desigualdade de renda no país, uma pequena parcela da população que consome muito e uma grande parcela da população que sempre consumiu valores muito inferiores, considerando o valor per capita, mas, neste momento, de forma mais ampliada, muito mais pessoas deixam de consumir, deixam de ter acesso a carne, inclusive carnes mais baratas como era a carne de frango. Sem entrar aqui no mérito da qualidade, que a gente sabe que, infelizmente, a carne de frango tem sérios problemas em decorrência da forma como esses animais são produzidos, uma produção industrial, altamente dependente de rações oriundas de milho e soja transgênicas, muito uso de antibióticos em função da forma como esses animais são produzidos, exatamente pra evitar a manifestação de doenças. Tudo isso acarreta e compromete a qualidade dessas carnes. Mesmo assim, essa carne de baixa qualidade em função do aumento das exportações e em função da desvalorização cambial que tem favorecido ampliar ainda mais as exportações brasileiras tem aumento do preço porque passa a ser balizado pelo mercado internacional mesmo que pese o maior consumo ainda ser interno.

É contexto muito complexo, difícil, que são diversos elementos, só que a questão chave, a questão central, a questão fundamental, que foi inclusive dito aqui inicialmente, na mística quando foram mostrados os vídeos, que os únicos dois projetos, tanto em 2020 como em 2021, que foram aprovados no sentido de fomentar e dar apoio a agricultura familiar camponesa, e principalmente fomentar a produção de alimentos e permitir que nós tenhamos uma ampliação da oferta de alimentos no Brasil, tanto no ano passado como esse ano, foram integralmente vetados pelo presidente da república, alegando que não era prioridade, alegando que não faz parte, deixando bem claro que não faz parte da política deste governo fomentar a produção de alimentos. O que faz parte da política desse governo, de forma muito clara, é seguir ampliando a produção de commodities e as exportações para outros países, em detrimento das condições de soberania alimentar, em detrimento da nossa qualidade alimentar, da nossa segurança alimentar e nutricional pra população brasileira.

De forma geral, podemos utilizar a metodologia que a Conab utiliza para analisar o contexto do mercado interno em relação a análise de conjuntura dos diferentes produtos, em específico da alimentação e adaptando em função de cada característica, seja por ser um mercado mais territorializado, como o hortifruti, ou um mercado mais amplo em termos de escala de consumo nacional,

como o feijão e o arroz.

Primeiro, vamos olhar para o quadro de suprimento, que é aquilo que tem disponível em função da demanda, não é uma lógica no sentido clássico da economia, entre oferta e demanda, isso é o que define a questão dos preços, porque não é algo tão direto assim, inclusive, há manipulação de informações. Há manipulação num sentido de formação de preços, há um problema de concentração, inclusive, muito grande em termos, tanto de produção de alguns produtos em relação ao que traduz a concentração fundiária, como é o caso do milho e da soja. Como também a gente tem um problema seríssimo na outra ponta, que é da comercialização em função de que as 3 maiores grandes redes de supermercados, diga-se de passagem, todas elas transnacionais, detém um poder muito grande no sentido de formação de preços e de abastecimento, vamos dizer assim, popularizadas pro conjunto da população brasileira, principalmente nas regiões com maior concentração populacional do país, sobretudo no Sudeste.

Nesse sentido, quando na entrada de safra, aquele produto é passível de ter estoque ou não, no caso de produtos perecíveis sabemos que não há uma lógica de estoque, mas produtos como leite, que poderia ser leite em pó, embora é evidente que o ideal é se consumir um produto fresco, um produto fluido, enfim, mas no limite pra tentar resolver uma questão de crise, poderia ser utilizado o leite em pó, ou no caso dos grãos, feijão e arroz principalmente, ou mesmo de farinha de mandioca, milho, enfim. Estes são produtos passíveis, maior ou menor tempo, de serem estocados. E precisamos pensar na estratégia de estoque como política pública, entretanto, o governo federal abriu mão totalmente e diz com todas as letras, que não acredita, não entende que estoque regulador, estoque público seja um instrumento de política pública, seja um instrumento de regularização do abastecimento alimentar.

Então, é só analisarmos os planos safras que podemos ver que eles traduzem claramente, em que pese a ter o orçamento na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), e estes preços mínimos, mesmo com a recomposição que foi feita dos preços oficiais, estão muito longe dos preços de mercado. O governo deixa claro que ainda está definindo os preços mínimos porque ele tem muito mais a ver com a possibilidade de conexão como referência pra linha de crédito de comercialização, do que efetivamente para uma política ativa de formação de estoques e, portanto, de regulação do abastecimento. Estamos com o estoque público zerado, estoque público não faz mais parte da política e portanto está entrega totalmente ao mercado, à iniciativa privada, às relações privadas, fazendo disso o alimento uma mercadoria. E, portanto, ela vai se regular, se estabelecer a partir dessa dinâmica entre entes privados, o que torna uma questão seríssima do ponto de vista da alimentação, da soberania e da segurança alimentar e nutricional do país.

Outra questão é a produção, com exceção de soja e milho, vamos ver que todos os outros produtos ou estagnaram a produção ou perderam ou reduziram a produção, e sobretudo, reduziram a área plantada. Isso vale pra feijão, pra arroz, mandioca, cebola, batata, pra tomate. Na última década, todos esses produtos

vêm reduzindo área. Hoje temos uma área de arroz de 1.650.000 hectares e o próprio Ministério da Agricultura diz que em 2029/2030, a área de arroz será de apenas 650 mil hectares. Ou seja, perderemos, ao longo dessa década, mais um milhão de hectares, dois terços da área atual. E será deslocada, possivelmente, para a soja, como vem acontecendo desde a primeira década deste século. Essa é uma questão fundamental, porque a redução da área de arroz, a redução da área de feijão, é diretamente ligada com a estratégia de expansão da soja, porque eles concorrem exatamente no mesmo período de safra. No caso do milho, tem sido compensado pela segunda safra, a primeira safra caiu drasticamente, e se concentra naquilo que era a safrinha, virou a grande safra brasileira. 75% a 80% da safra nacional de milho é produzida, hoje, na segunda safra, o que coloca o país numa vulnerabilidade muito grande. Esta safra produzida a partir de fevereiro tem sérios riscos do ponto de vista climático dependendo da região, pode ser o problema do frio, ou pode ser problema de estiagem, como ocorreu esse ano. Por isso tivemos uma queda tão drástica da produção de milho, o que demonstra o quanto vulnerável que o país está.

Ainda tem os aspectos das exportações e importações. No caso das exportações, estamos num cenário muito favorável devido a questão cambial. O real é uma das moedas mais fracas do mundo, vem de um amplo processo de desvalorização, 1 real está valendo 0,18 dólar americano, um recorde histórico em termos de valor, o que facilita cada vez mais as exportações. Como a Lei Kandir é altamente favorável às exportações, porque faz com que quem exporta não pague absolutamente nada de impostos, é melhor exportar do que comercializar no mercado interno. Por exemplo, se comercializar do Mato Grosso pra São Paulo vai pagar ICMS do milho ou da soja, mas se manda pra China, é zero de impostos, numa concepção de que pra o país ter competitividade lá fora não se deve exportar com impostos. É uma lógica absurda, porque no passado, antes da Lei Kandir, nós tínhamos impostos pra diversos produtos, principalmente, pra soja em grão. Então no passado a soja que era exportada via farelo, a soja que era exportada em óleo, ela pagava menos impostos do que grãos, hoje independente, por isso mesmo que dos 100 milhões de toneladas de soja que foram exportados no ano passado, 800 milhões foi em grão.

Então é um processo de reprimarização, o próprio governo, a própria legislação, fomentam a reprimarização da economia brasileira, o que a torna altamente dependente dessa lógica de produção de commodities em larga escala, em detrimento da agricultura familiar camponesa. As importações, certamente, são o pior cenário, e a aposta nisso torna cada vez difícil assegurar o abastecimento interno. A situação do arroz, por exemplo, no ano passado teve-se em torno de 1 milhão e 800 mil toneladas exportadas, e isso foi compensado, em parte, com o arroz que veio do Uruguai e do Paraguai, ou seja, isto compensou, em parte, aquilo que saiu do país, o que é um absurdo. Da mesma forma, o Brasil mandou tanto milho e tanta soja pra fora no ano passado, em que pese ser um exportador líquido, que depois reduziu a zero da tarifa externa comum, pra viabilizar a reimportação desses produtos e tentar equilibrar o abastecimento interno no

período final do ano comercial, entre o final da comercialização e início da nova safra. É uma demonstração do quanto que não há planejamento, do quanto que há uma entrega total pra iniciativa privada, e o governo simplesmente se comporta como um estimulador via flexibilização das leis ambientais, permitindo cada vez mais grilagem e desmatamento e avanço das commodities tanto no Cerrado como na Amazônia, como também sobre áreas de alimentação, como dito antes, em detrimento da produção de arroz e soja, aportando recursos públicos e liberando cada vez mais agrotóxicos em prol desse sistema de produção, que nada contribui do ponto de vista da nossa segurança alimentar e nutricional, e sobretudo da alimentação saudável. Ao invés de alocar recursos pra agricultura familiar camponesa, ao invés de realocar recursos em prol da agroecologia, o governo faz exatamente o contrário, concentra cada vez mais na produção de commodities e em grandes produtores.

Figura 9 Atividade de mutirão na sede do Raízes do Brasil, em Picos, Piauí, com a juventude camponesa

Conclusão

Em 2021, a Jornada de Lutas teve como objetivo denunciar os desmontes nas políticas públicas voltadas à agricultura camponesa e, consequentemente, no combate à fome pelo governo Bolsonaro em detrimento aos interesses do agronegócio e das multinacionais. Denunciamos também o genocídio de mais de 600.000 pessoas vitimadas pela pandemia do coronavírus, mortes que poderiam ter sido evitadas não fosse a gestão truculenta e criminosa de Bolsonaro e sua turma.

Nestes tempos, nossa luta precisa de mais apoio ainda, além da pandemia que afeta diretamente nossas vidas, temos, aqui no Brasil, o governo Bolsonaro que desde que chegou no poder, já liberou mais de 1350 novos agrotóxicos e vetou toda a Lei Assis Carvalho II, que objetiva destinar recursos para a produção de alimentos da agricultura familiar. No mundo, a ONU realizou a Cúpula dos Sistemas Alimentares, cúpula que se tornou mais um espaço de influência de lobbies corporativos defendendo os interesses da agroindústria, colocando em risco a soberania alimentar e o futuro do planeta.

As sistematizações aqui apresentadas devem servir para alimentar debates e expor as contradições do agronegócio brasileiro e do sistema agroalimentar hegemônico no mundo. Precisamos e temos a tarefa histórica de anunciamos que a Soberania Alimentar construída sob a perspectiva da agroecologia é a chave principal para frear a fome, a destruição dos biomas e restaurar a vida em nosso país.